

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/11/2013 a 30/11/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Pronaf empresta R\$ 8,44 bilhões a agricultores familiares, recorde na safra 2013/2014 – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/11/2013	3
Política do Governo Federal garante financiamento para cultivo de açafrão. Roberta Paola - Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/11/2013 ...	4
Crédito Fundiário beneficia 223 famílias no Piauí – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/11/2013	5
Mato Grosso define plano de retomada do Crédito Fundiário – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/11/2013.....	6
CMN modifica regras no crédito para produtores do Norte e Nordeste. Tarso Veloso e Eduardo Campos – Valor Econômico, Agronegócios. 22/11/2013	7
Brasil Agroecológico pretende desenvolver a pecuária familiar dos Pampas. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/11/2013	7

Pronaf empresta R\$ 8,44 bilhões a agricultores familiares, recorde na safra 2013/2014 – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/11/2013

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) emprestou R\$ 8,44 bilhões, aos agricultores familiares, nos meses de julho a outubro de 2013, os quatro primeiros do ano agrícola 2013/2014. Esse valor é 38% acima do que foi contratado no mesmo período na safra passada, 2012/2013.

O número de operações de crédito do Pronaf também é recorde para o período ao longo de toda a história do Programa. De julho a outubro deste ano, foram realizados 777.142 contratos pelo Pronaf.

“Isso mostra o bom momento da agricultura brasileira e da participação da agricultura familiar. Esse aumento vem acontecendo desde 2012. Em 2012/2013, a safra terminou com recorde de valor contratado”, avalia o secretário nacional da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Valter Bianchini. “E ocorre não só com financiamento para atividades de custeio, mas, também, para os investimentos, que são de médio prazo, o que demonstra uma estruturação da agricultura familiar”, afirma o secretário.

O valor contratado para custeio agrícola foi de R\$ 3,7 bilhões e para operações de investimento agrícola foram financiados R\$ 1,6 bilhão. Do total de contratos, 337.434, ou 43%, foram para operações de custeio e 439.708 para investimento. No total, a quantidade de contratos de outubro representa um aumento de 31% em relação ao mês anterior, ou seja, sobre os 591.805 financiamentos realizados até setembro de 2013.

O valor financiado para a pecuária foi de R\$ 3 bilhões, sendo R\$ 1,1 bilhão para custeio e R\$ 1,8 bilhão para investimento.

Valores

A elevação dos volumes de operações e do valor financiado pode ser creditada à grande adimplência dos agricultores familiares, à expectativa de preços elevados para os produtos alimentares que estão sendo plantados agora e à ampliação dos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Também estão diretamente relacionados à maior divulgação das linhas de crédito, ao Seguro da Agricultura Familiar e ao esforço dos agentes financeiros e cooperativas de crédito que operam o Pronaf.

Os dados foram fornecidos pela Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural (Diorf), Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop), do Banco Central, que gerencia o Sistema de Operações do Crédito Rural (SICOR) e do Proagro.

**Política do Governo Federal garante financiamento para cultivo de açafão.
Roberta Paola - Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/11/2013**

Há anos, as folhas aromáticas do açafão ajudam a incrementar a culinária em todo o mundo. A coloração e o sabor intensos da planta são usados, por exemplo, na preparação de arroz, sopas, massa e até na elaboração de medicamentos. O apreço pelo condimento tem temperado também a vida do agricultor familiar Ademar Borges de Oliveira, do município de Mara Rosa, no norte de Goiás. Decidido a consolidar sua lavoura, o produtor acessou uma das linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para potencializar a comercialização da planta.

O financiamento foi feito em 2004, mesmo ano em que seu Demar, como é conhecido na região, decidiu que teria sua própria plantação. “Antes eu trabalhava como diarista para os outros, mas aí eu tomei uma atitude e comecei a viver por conta própria. Com esse incentivo do Pronaf, eu acreditei na produção. Plantei uma lavoura e, daí por diante, vi que realmente o cultivo fluiu”, conta o agricultor de 48 anos.

O valor financiado foi de R\$ 16 mil. O recurso foi usado para reforçar a produção do açafão, já iniciada na época em uma terra arrendada, e, também para adquirir algumas cabeças de bezerras. A pretensão do produtor era conciliar a venda do produto desidratado com a comercialização dos animais. A estratégia deu certo. “Colhi a lavoura de açafão e, com o dinheiro das vendas, paguei o banco. As novilhas eu ia vendendo também e comprando mais. Dessa forma, eu fui granjeando uma coisa com outra, até conseguir comprar uma terra própria, onde tenho uma chácara, minha lavoura e sobrevivo até hoje”, orgulha-se o agricultor, que também planta outras culturas, como milho e arroz. Localizada a 200 metros da cidade de Mara Rosa, a propriedade de seu Demar tem cerca de sete hectares.

O ciclo da produção do tempero, Ademar explica que leva um ano e seis meses para ficar pronto. “Só que todo ano a gente planta uma lavoura diferente, a partir da divisão da terra. Este ano mesmo, colhi, manualmente, 14.720 quilos do açafão verde, quase 15 toneladas.” Toda produção é comercializada por meio da Cooperativa dos Produtores de Açafão de Mara Rosa (Cooperaçafão). É também no empreendimento coletivo que o agricultor cozinha, seca, limpa e embala o açafão para ser vendido para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), iniciativa do Governo Federal executada com recursos do MDA e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

“Além do financiamento do Pronaf, a venda garantida para os mercados de compras institucionais do PAA é fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar. Continuo produzindo o açafão e não tenho planos para parar”, frisa seu Ademar.

Crédito Fundiário beneficia 223 famílias no Piauí – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/11/2013

Acesso à terra com moradia, água, energia, estrada e crédito para implantar projetos produtivos. Os benefícios serão obtidos por 223 famílias de agricultores que financiaram a terra pela linha Combate a Pobreza Rural (CPR) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). São jovens e mulheres rurais distribuídos em 10 associações nos municípios piauienses de São Francisco, Itainópolis, Simplício Mendes, Cajazeiras Ipiranga e Jatobá.

No Piauí, o PNCF já investiu mais de R\$ 300 milhões, financiando o sonho de mais de 18 mil famílias de agricultores.

Para o diretor do PNCF, o piauiense Francisco Ribeiro Filho, estas associações estão em regiões estratégicas do estado, próximas a polos de desenvolvimento, o que contribui muito para a estruturação dos projetos e para o fortalecimento da agricultura familiar na região.

Gerido pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Piauí (SDR), o PNCF disponibiliza recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária para o financiamento de imóveis rurais que não podem ser desapropriados. Para esta ação no estado, foram disponibilizados mais de R\$ 11 milhões, sendo R\$ 8 milhões não reembolsáveis, utilizados na infraestrutura básica e produtiva, no acompanhamento técnico e no que mais for necessário para que o agricultor possa se desenvolver de forma independente e autônoma.

Estas famílias terão 20 anos para pagar a terra, com três anos de carência e juros de meio por cento ao ano. Terão ainda Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) garantida por até cinco anos, permitindo a consolidação do projeto produtivo e, conseqüentemente, o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida destas famílias.

Um pouco mais sobre o PNCF

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma política pública do Governo Federal criada para que os agricultores familiares sem terra ou com pouca terra possam adquirir imóveis rurais. Gerido em parceria com os governos estaduais, o programa funciona como uma política complementar à reforma agrária, uma vez que permite a aquisição de áreas que não são passíveis de desapropriação.

Além da terra, o financiamento – que tem juros e prazos bem acessíveis – disponibiliza recursos para infraestrutura básica e produtiva em três linhas de financiamento – Nossa Primeira Terra (NPT), Combate a Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) – e pode ser tanto individual quanto coletivo.

No Brasil, desde sua implantação, o PNCF já beneficiou 136.875 famílias, com recursos que ultrapassam os R\$ 3,7 bilhões.

Mato Grosso define plano de retomada do Crédito Fundiário – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/11/2013

Discutir os avanços no plano de retomada das contratações do Programa Nacional Crédito Fundiário (PNCF), de reestruturação da Unidade Técnica Estadual (UTE/MT) e de revitalização dos Projetos já implantados em Mato Grosso, propostos pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar do estado. Estes foram os principais objetivos do encontro realizado nesta quarta-feira (20), em Brasília.

Desenhado pela Secretaria de Agricultura Familiar de Mato Grosso (Sedraf), o plano de retomada busca dar continuidade e fortalecer o programa de Crédito Fundiário em Mato Grosso. A ação tem como pilar três importantes estratégias: aperfeiçoar os mecanismos de execução, controle e avaliação da UTE; fomentar o desenvolvimento e a viabilidade econômica dos projetos já implantados; e ampliar as ações do PNCF, reforçando a disseminação e a mobilização para que, tão logo seja retomado o programa, haja novas contratações.

O diretor do departamento de Crédito Fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DCF/MDA), Francisco Ribeiro Filho, atentou para a necessidade de que o plano contenha propostas reais de integração das políticas públicas, estaduais e federais, de desenvolvimento e de ampliação da Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Ele salientou que assim será possível potencializar o trabalho de revitalização e consolidação das unidades produtivas já existentes e as que virão após a retomada.

“Nosso trabalho agora é propor ações que consigam revitalizar grande parte dos projetos já existentes e retomar o programa. Ele é estratégico para o estado de Mato Grosso que, segundo o último censo Rural do IBGE, tem mais de 86 mil estabelecimentos rurais familiares, correspondendo a 76% da área rural do estado”, declarou o secretário da Sedraf, Juarez Fiel.

Dentre os encaminhamentos pactuados está a publicação de nova chamada de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), já em elaboração, para atender a mais mil famílias mato-grossenses no processo de revitalização dos projetos do Banco da Terra e Crédito Fundiário. No encontro, foram apresentados aos representantes de Mato Grosso os membros da nova comissão que irá verificar os avanços obtidos com o plano.

A reunião contou com a presença do secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), Adhemar Almeida; do diretor do PNCF/MDA, Francisco Ribeiro Filho; do secretário adjunto da Agricultura Familiar de Mato Grosso (Sedraf), Juarez Fiel, e das equipes técnicas da SRA e do governo do estado.

CMN modifica regras no crédito para produtores do Norte e Nordeste. Tarso Veloso e Eduardo Campos – Valor Econômico, Agronegócios. 22/11/2013

BRASÍLIA - O Conselho Monetário Nacional (CMN) modificou as regras para liquidação de empréstimos de custeio e investimento com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). Produtores que estavam inadimplentes até 31 de dezembro de 2006, poderão quitar a dívida até 31/12/2014 de valor original até R\$ 200 mil.

Além disso, o CMN ajustou as normas gerais para tomada de crédito rural e programas amparados por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ficou decidido que os empréstimos via Agricultura de Baixo Carbono (ABC), tomados por produtores médios, terão o juro reduzido de 5,5% ao ano para 4,5% ao ano.

Os produtores que acessam o programa Inovagro poderão financiar o custeio de projetos de investimento e aquisição de animais, limitada a R\$ 1 milhão por beneficiário e R\$ 3 milhões em empreendimentos coletivos.

O CMN também promoveu novas mudanças no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Pela resolução 4.728, foram disciplinadas a abrangência de projetos financiáveis na região do semiárido.

Dentre as alterações propostas destacam-se a possibilidade de compra de animais para cria, recria e engorda até o limite de 40% do valor do financiamento tomado na linha Pronaf Mais Alimentos. Para a família tomar esse tipo de financiamento, tem de comprovar a disponibilidade de alimentos e água para os animais.

Outra mudança é que no Pronaf Semiárido uma mesma família poderá manter até dois financiamentos simultâneos, desde que pague uma parcela do financiamento anterior e apresente laudo da assistência técnica confirmando a situação de regularidade do empreendimento financiado, bem como de capacidade de pagamento.

Brasil Agroecológico pretende desenvolver a pecuária familiar dos Pampas. João Paulo Biagi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/11/2013

Assim como todos os outros biomas, os Pampas foram levados em consideração na construção do Plano Brasil Agroecológico. Lançado pelo Governo Federal, a política respeita a diversidade do Brasil e as características socioeconômicas, climáticas e ambientais de cada região. O plano tem como objetivo potencializar a produção de orgânicos e a prática agroecológica no País.

Parte das 125 ações, coordenadas por dez ministérios, será realizada na Região Sul. Segundo o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Valter Bianchini, a integração agrossilvopastoril com uma pecuária familiar de

baixo impacto é uma das demandas da região. “A gente trabalha identificando sistemas de mínimo impacto ambiental, com foco maior na pecuária familiar. Valorizar áreas de pinheiros, de ervas mate. Sistemas de produção com menos impacto para fazermos uma agricultura sustentável nos campos do sul”, afirmou.

Apesar de não ter um recorte oficial por biomas, o Brasil Agroecológico tem a intenção de valorizar as culturas regionais. “O conceito de Agroecologia é fazer o desenvolvimento de uma agricultura a partir das condições locais e ambientais. A agroecologia, quando você discute, é a agricultura baseada nas condições ecológicas da região. Essa proximidade do ambiente local é que define o processo de agricultura sustentável”, explica Bianchini.

O secretário garante que o plano é de todos e que as políticas já estão em curso. “Cada bioma, cada diversidade de agricultores vai ter seu espaço no plano. Com essa chamada de Ater, queremos discutir em cada um dos biomas como faremos produção e comercialização respeitando o uso e a conservação dos recursos naturais típicos de cada região”, assegura.

Estratégia

O Plano vai seguir quatro eixos estratégicos: Produção, Conservação de Recursos Naturais, Conhecimento e Comercialização. Com isso, os agricultores terão facilidade no acesso a políticas públicas, como os R\$ 2,5 bilhões disponibilizados nacionalmente por meio de crédito rural. “O mais importante do crédito é que ele vai permitir processos de transição para agricultura de base ecológica. Ele não é só para quem está consolidado no sistema orgânico” ressalta o secretário.

O Plano tem como principal missão articular políticas e ações de incentivo ao cultivo de alimentos orgânicos e com base agroecológica e representa um marco na agricultura brasileira. O investimento inicial será de R\$ 8,8 bilhões, divididos em três anos.

Desse total, R\$ 7 bilhões serão disponibilizados via crédito agrícola por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Plano Agrícola e Pecuário. O restante será destinado para ações específicas, como qualificação e promoção de assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento e disponibilização de inovações tecnológicas e ampliação do acesso a mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa